

ATA DA 107ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 31 DE OUTUBRO DE 2012
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (pela ordem) - Registra a presença de vereadores de Caxambu do Sul.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Comenta os 102 do nascimento de Carlos Drummond de Andrade e os 495 anos da Reforma Protestante.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Registra a presença de alunos e mestres da de EEF Professor Emir Ropelato, de Timbó.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Reporta-se à greve dos servidores da Saúde.

DEPUTADO SANDRO SILVA - Regozija-se com a vitória de Udo Döhler, em Joinville; pede solução para permanência dos alunos carentes na Udesc.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Analisa o desempenho do PSDB nas eleições; defende a reforma tributária no país.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Registra a presença de alunos da EMEF Machado de Assis, de Jaraguá do Sul.

Partidos Políticos

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Apoia a greve dos servidores da Saúde; expõe o relatório do trabalho da bancada feminina sobre a violência doméstica contra a mulher.

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI (aparte) - Descreve as ações da comissão de Saúde em apoio à greve no setor.

DEPUTADA ANGELA ALBINO (aparte) - Cede o tempo do seu partido à deputada Ana Paula Lima.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Refere-se ao anúncio da instalação da BMW em Araquari; tece comentários sobre a eleição em Joinville.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Analisa a necessidade da renegociação da dívida dos estados.

Ordem do Dia

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Manifesta-se contra a aprovação do PL n. 0334/2012.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Encaminha a votação do PLC n. 0028/2012.

DEPUTADO MANOEL MOTA (pela ordem) - Encaminha a votação do PLC n. 0028/2012.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (pela ordem) - Encaminha a votação do PLC n. 0028/2012.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (pela ordem) -
Encaminha a votação do PLC n. 0028/2012.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Encaminha a
votação do PLC n. 0028/2012.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) -
Havendo quórum regimental e invocando a proteção
de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à
leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o
expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

O Sr. Deputado Padre Pedro Baldissera - Pela
ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) -
Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Padre
Pedro Baldissera.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr.
presidente, gostaria de registrar a presença dos
vereadores e da vereadora de Caxambu do Sul:
Glauber Burtet, Edir Antônio Vivian, Ivanor Spredo
e Ana Cristina Menuncin Bosco, do PSD. Quero
destacar também a presença de Onorino Dalastra,
que já foi vereador e presidente da Câmara
Municipal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - O
primeiro inscrito é o sr. deputado Ismael dos
Santos, a quem concedo a palavra por até dez
minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr.
presidente, sras. deputadas e srs. deputados,
hoje, 31 de outubro, quero aproveitar este espaço
de Breves Comunicações para duas reflexões, afinal
de contas esta é a Casa do Povo e o deputado
Padre Pedro Baldissera dava as boas-vindas àqueles
que por aqui passam e que nos prestigiam nesta
tarde.

De fato, esta é a Casa do Povo, mas é também a
Casa das Leis e por isso recebemos hoje, em nosso
gabinete, o projeto do Orçamento de 2013, com mais
de 1.700 páginas, para fazer a nossa avaliação. É

de fato a Casa onde se pensa e faz política, mas é também a Casa da Cultura, pois aqui é preciso repercutir os atos e fatos culturais da nossa terra.

Quero, neste espaço, fazer duas reflexões.

Hoje é chamado dia "d", numa homenagem carinhosa a Carlos Drummond de Andrade, o maior dos poetas brasileiros. Mas eu também chamaria de dia "r", o dia da reforma. E faço essas duas menções pela importância dessas datas, primeiramente lembrando o dia 31 de outubro de 1517 há, portanto, 495 anos, quando o monge alemão Martinho Lutero foi à catedral de Wittenberg, afixou as famosas 95 teses, teses essas que provocaram uma revolução no campo das ideias, que rapidamente se espargiram por toda a Europa e finalmente chegaram aos outros continentes.

Foi uma reforma cultural, pela perspectiva que trouxe à música sacra, à literatura, à produção de livros; foi uma revolução e uma reforma também do ponto de vista social, com a perspectiva, inclusive, de, pela primeira vez, permitir o acesso de meninos e meninas à escola, frequentando uma mesma classe, dentro da famosa proposta ética protestante no trabalho.

Ainda no campo cultural, foi impresso o primeiro livro, que foi uma Bíblia Sagrada, por Gutenberg. Ou seja, tratou-se da primeira tradução da Bíblia para uma língua popular, o alemão, pois até então as impressões eram feitas somente em latim. Justamente esses aspectos deram à Reforma Protestante um significado para todo o ocidente, seja do ponto de vista cultural, do ponto de vista social e, por que não dizer, do ponto de vista da espiritualidade, uma vez que tinha como lema: A Bíblia para todos.

Por tudo isso, lembramos com muito carinho a data de hoje, 31 de outubro, pois há 495 anos Martinho Lutero liderou a Reforma Protestante.

Mas, como dizia, hoje também é o dia "D" para nós, brasileiros, o dia em que comemoramos o nascimento do poeta Carlos Drummond de Andrade, no dia 31 de outubro de 1902, portanto, há 110 anos, na minha modesta avaliação, o maior poeta

brasileiro. Sua poesia era extremamente irônica, às vezes até satírica, uma poesia também comprometida do ponto de vista social e, sobretudo, uma poesia metafísica.

Ele sempre foi conhecido e chamado como o poeta do tempo, porque trabalhava muito bem as imagens do cotidiano e do tempo existencial.

E permitam-me os srs. deputados e, em especial, as sras. deputadas, que sempre entendem mais de amor do que nós, ler aqui uma poesia de Drummond, em homenagem ao nosso poeta nos 110 anos do seu nascimento. E lendo algumas das suas poesias, fiz a seleção de uma delas, que fala exatamente sobre o tempo. Cantava o poeta Drummond:

(Passa a ler.)

"E o tempo passa

O tempo passa? Não passa
O tempo passa? Não passa
no abismo do coração.
Lá dentro, perdura a graça
do amor, florindo em canção.

O tempo nos aproxima
cada vez mais, nos reduz
a um só verso e uma rima
de mãos e olhos, na luz.

Não há tempo consumido
nem tempo a economizar.
O tempo é todo vestido
de amor e tempo de amar.

O meu tempo e o teu, amada,
transcendem qualquer medida.
Além do amor, não há nada,
amar é o sumo da vida.

São mitos de calendário
tanto o ontem como o agora,
e o teu aniversário
é um nascer a toda hora.

E nosso amor, que brotou
do tempo, não tem idade,
pois só quem ama escutou
o apelo da eternidade.”[sic]

Viva Drummond!
Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem,
sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) -
Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana
Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr.
presidente, quero apenas fazer o registro da
presença de 38 alunos e quatro professores da
Escola de Ensino Fundamental Professor Emir
Ropelato, de Timbó. São crianças que vieram
visitar a nossa capital e o Parlamento catarinense
acompanhados da diretora Maria Ivaci Moser e das
professoras Daiana, Márcia e Bethânia.

Damos-lhe, portanto, as boas-vindas!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) -
Esperamos que tanto os professores como os alunos
sintam-se à vontade neste Parlamento.

O próximo orador inscrito é o deputado
Sargento Amauri Soares, a quem concedemos a
palavrta por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr.
presidente, caros colegas deputados, sras.
deputadas, quem nos acompanha pela TVAL e pela
Rádio Alesc Digital, nesta tarde de quarta-feira
quero cumprimentar, de forma especial, os
vereadores e vereadoras de Caxambu do Sul e dizer
que nesta eleição estive, não de forma muito
espalhafatosa, vamos dizer assim, duas vezes
naquele município apoiando o candidato a prefeito
Pedrinho Camatti, nosso companheiro do PDT.
Infelizmente não conseguimos eleger o Pedrinho,
mas quero parabenizar todas as autoridades de
Caxambu do Sul aqui presentes, inclusive os
eleitos à Câmara Municipal.

Desejo cumprimentar também os trabalhadores e trabalhadoras da Saúde e o comando de greve que, mais uma vez, está na Assembleia Legislativa para, por certo, buscar algum diálogo e levar a um encaminhamento o impasse que se estabeleceu.

Quero ratificar aquilo que já falei ontem, ou seja, o comando de greve não assume a responsabilidade pelas agressões cometidas contra um ônibus do Hemosc que saía, na manhã de ontem, para coletar derivados de sangue fora daquele estabelecimento. Do nosso ponto de vista, isso não precisa ser confirmado, mas um importante jornal do estado já diz que foram os grevistas. Quer dizer, já existe a suposição inicial de que foram os grevistas, mas isso não pode ser tratado dessa forma.

Quero, portanto, dizer da nossa certeza de que não foram vocês, do sindicato, nem o comando de greve que encaminharam aquela ação, como também não foram os próprios trabalhadores do Hemosc em greve. Pelo contrário, tenho acompanhado isso de perto e o sindicato e o comando de greve têm feito todo o esforço para garantir o atendimento mínimo necessário e impedir que alguma pessoa possa ser prejudicada ou até ir a óbito. Eu vejo o comando de greve buscando convencer trabalhadores a realizarem o atendimento mínimo.

Quero reafirmar que a Justiça não decretou a ilegalidade da greve conforme foi noticiado pela grande imprensa estadual no último final de semana. Não é que a imprensa estadual tenha mentido. A imprensa estadual foi mal informada, talvez desinformada, por alguém que, suponho, seja do lado do governo, para passar o final de semana inteiro dizendo que a Justiça havia decretado a ilegalidade da greve, sendo que não é isso que está escrito na liminar. O que está escrito de forma clara é que os trabalhadores, inclusive os servidores públicos, têm direito à greve. O que o magistrado fez foi definir as regras de procedimentos a serem adotados pelos grevistas a fim de que o movimento possa ser considerado legal. E praticamente todos os procedimentos definidos pelo juiz já estavam sendo seguidos

pelos trabalhadores em greve, inclusive por orientação do sindicato e do comando de greve.

Assim, a partir dessa liminar, os membros do sindicato e do comando de greve dormiram ainda menos horas por noite, justamente para a cada troca de turno, em cada estabelecimento de saúde explicar o conteúdo da liminar e os procedimentos necessários para cumprir a decisão judicial.

Episódios como os da madrugada de ontem, praticados por não se sabe quem, por certo têm também o objetivo de criminalizar os trabalhadores que estão em greve. Essa é uma avaliação que fazemos. Também não sabemos quem fez. Também não é nossa responsabilidade e menos ainda do sindicato investigar quem foi. Há órgãos do estado responsáveis por isso.

Falo isso tudo para que o Poder Judiciário do estado de Santa Catarina, no seu conjunto, preste atenção à possibilidade de provocações com relação à greve dos servidores da Saúde. Os trabalhadores e os diretores do sindicato sabem o quão é crucial e sensível uma greve na saúde pública. Sabem, inclusive, porque o sindicato até hoje sofre uma ação penal de uma greve realizada na década de 90, mais precisamente em 1996. Houve, inclusive, processo-crime contra trabalhadores do Hospital Regional de São José, que felizmente foram absolvidos. Mas o sindicato ainda hoje arca com a responsabilidade de multas escorchantes que vêm na década de 90, repito. Já são quase 20 anos.

Sempre que há uma mobilização aparece no sindicato um oficial de justiça. Curiosamente, deputada Angela Albino, assim que a categoria entra em estado de greve, já aparece um oficial de justiça. Na greve anterior foi lá e levou a Parati usada do sindicato. Há algumas semanas, no dia em que deveria começar a greve, apareceu um oficial de justiça perguntando o que havia para ser penhorado.

Ouvimos falar muito em independência e autonomia dos poderes, mas às vezes parece que existe uma coincidência, o que nos faz acreditar que possivelmente alguns representantes de poderes jantam juntos em algumas noites a cada mês, porque

as ações coincidentes passam a se reproduzir, a ser repetitivas.

Então, a greve está forte, é um direito dos trabalhadores, pois a saúde pública no estado de Santa Catarina está ruim e não é de hoje e as filas existem há muito tempo. As pessoas morrem literalmente na fila da radioterapia. E desta tribuna já citamos o nome de pessoas que ficaram dois ou três meses na fila da radioterapia do Cepon de Santa Catarina, um órgão público, financiado com dinheiro público, mas administrado por uma organização social há vários anos. Trata-se de um grupo privado, e dizem que esses grupos são muito mais eficientes do que o estado na prestação de qualquer serviço.

Contudo, o nosso ponto de vista é bastante diferente, para não dizer absolutamente contrário a essa afirmação. A iniciativa privada, que tem sua legitimidade na sociedade atual, visa buscar lucro e trabalha numa lógica empresarial e financeira, mesmo quando usa recursos públicos. Trabalha na lógica empresarial de ter rendimento e retorno e investe naquilo que dá rendimento e retorno mesmo sendo dinheiro público e tendo sido acordado que é proibida a geração de lucro. Portanto, não pode ser essa a lógica e a filosofia no trato com as questões relativas aos serviços essenciais em geral, em especial na área da saúde.

Portanto, é preciso que a greve seja respeitada, que os trabalhadores sejam respeitados e que o governo negocie. Mas o governador Raimundo Colombo viajou e parece que vai ficar duas semanas fora. Evidentemente, o vice-governador assume, em princípio, com a autoridade de governador do estado, e o governador não está incomunicável esteja onde estiver.

É preciso que o sr. Raimundo Colombo dê uma resposta efetiva, converse com os trabalhadores e não venha com propostas que são mais a retirada de direito do que direito.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra o deputado Sandro Silva, por dez minutos, ainda em Breves Comunicações.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Sr. presidente e srs. deputados, público que nos acompanha pela Rádio Alesc Digital e pela TVAL.

Dissemos na comissão que a nossa voz está mais grave do que o normal porque comemoramos muito, no domingo, a vitória do novo prefeito Udo Döhler. Ficamos muito contentes pela escolha dos joinvilenses, pelo sinal que deram de que a cidade precisa voltar a entrar nos trilhos, tendo a sua frente um grande gestor.

Quero parabenizar o deputado estadual Kennedy Nunes, nosso colega, pela brilhante campanha que fez e pela combatividade que teve na eleição, o que, com certeza, valorizou muito a vitória de Udo Döhler.

Hoje quero falar sobre uma questão muito importante e cara para o estado, que é a permanência dos alunos mais carentes na universidade, seja a UFSC, seja a Udesc. Embora a universidade seja gratuita, ela se torna cara para alguns alunos que, em função disso, acabam desistindo.

A Udesc, via Pape, Programa de Auxílio Permanência Estudantil, atende a 280 alunos que comprovem a sua vulnerabilidade econômica, seja com auxílio moradia ou com auxílio alimentação - um ou outro ou os dois - com um valor que pode chegar a R\$ 480,00. Além disso, a Udesc, através de bolsas de trabalho, atende a 520 alunos carentes com R\$ 360,00, o que os ajuda a permanecer na universidade.

A Udesc pretende, em quatro anos, a partir deste ano, chegar a 1.300 alunos atendidos, mas para tanto precisa encontrar no orçamento recursos que possam ser destinados a essa política de permanência, porque hoje esses recursos são tirados do caixa comum, o que já não ocorre no governo federal, que tem um fundo destinado aos auxílios moradia e alimentação, dentro da política de permanência dos alunos na universidade.

É importante lembrar que se o poder público facilita o acesso à universidade para as mais diversas camadas sociais, precisa também facilitar sua permanência. Então, quando o aluno escolhe cursar uma universidade gratuita, ele espera que os custos dessa universidade sejam os menores possíveis. E o problema está justamente na área de maior carência das nossas trincheiras educacionais, que são justamente as licenciaturas.

Estão faltando professores de Física, de Química, de Matemática, de Biologia. Os estudantes não querem mais fazer licenciaturas dado os baixos salários no Brasil inteiro. Já os alunos mais carentes acabam escolhendo esses cursos e mais adiante desistem, porque não conseguem arcar com as despesas.

Os alunos que optam por cursos de licenciatura fazem-no talvez não porque tenham aptidão, mas porque são cursos que funcionam em turno único e que lhes possibilitem trabalhar em outro turno. Talvez o desejo deles fosse cursar Engenharia, Medicina ou Veterinária, mas não fazem porque o período é integral e sua condição financeira não lhes permitem. Os diversos cursos de Engenharia da Udesc, por exemplo, funcionam nos turnos da manhã, da tarde e da noite. Em alguns casos, quando o aluno pega dependência, tem que frequentar aulas pela manhã, à tarde ou à noite. Então, tudo isso complica para um aluno que não tem condição de estudar e fazer esse tipo de curso.

Para percebermos a dificuldade da permanência dos alunos nos cursos de licenciatura, a Udesc fez uma formatura no ano passado de quatro turmas dos mais variados cursos e para nosso espanto, formou apenas 35 alunos. Então, isso realmente é grave. As salas de aula da rede pública de ensino começam a ficar vazias nos cursos de licenciatura.

Assim, é extremamente importante que iniciativas da Udesc como a do Pape sejam apoiadas e implementadas visando à permanência do aluno mais carente na universidade. Em função disso, estamos levando à comissão de Educação, da qual o presidente é o deputado Carlos Chiodini, um debate no sentido de que o ensino público superior

estadual tenha um fundo próprio, a fim de que a Udesc não mais retire recursos do seu orçamento-geral para arcar com os custos dos auxílios moradia e alimentação.

Acreditamos na sensibilidade dos gestores da Educação no estado, na sensibilidade do governador Raimundo Colombo, acreditamos que olharão com carinho essa questão, para podermos incrementar recursos nesse fundo e atender a cada vez mais alunos carentes que precisam estudar e concluir o ensino superior.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, deputado Sandro Silva.

O próximo orador inscrito é o deputado Serafim Venzon, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, queremos dirigir os nossos cumprimentos muito especiais ao prefeito de Criciúma, Clésio Salvaro; ao prefeito de eleito de Palhoça, coronel Ivon de Souza, e em seu nome saudar todos os prefeitos eleitos e os atuais, especialmente os prefeitos do PSDB que passaram recentemente pelo pleito eleitoral.

Cumprimentamos os alunos das escolas que acompanham a nossa sessão, bem como seus professores, que acorrem a esta Casa para conhecer o Parlamento catarinense.

Sr. presidente, o processo do ex-deputado estadual e prefeito Clésio Salvaro estava para ser julgado ontem no TSE, a fim de confirmar aquilo que o povo de Criciúma já definiu, reelegendo-o prefeito com praticamente 76% de aprovação.

Na verdade, deputado Nilson Gonçalves, o PSDB, se considerarmos os prefeitos de Palhoça e Criciúma, elegeu 25 prefeitos, 31 vice-prefeitos, mais de 300 vereadores, totalizando um contingente eleitoral de 640 votos.

O PMDB realmente foi o partido que elegeu o maior número de prefeitos - 106 -, totalizando aproximadamente 1,5 milhão de eleitores. O segundo

partido a eleger o maior número de novos administradores municipais foi o PSD, do governador Raimundo Colombo, que conseguiu aproximadamente 700 mil eleitores. E o terceiro na sequência dos partidos com maior votação é o PSDB, considerando que Palhoça tem perto de 100 mil eleitores e que Criciúma tem 120 mil e cuja eleição está *sub judice*.

Ainda devo destacar que em nível nacional, sr. presidente, o PSDB é o segundo partido em número de prefeituras. À frente do PSDB está apenas o PMDB, que tem 1.031 prefeitos, pois nosso partido tem 702. Depois vem o PT, o PSD e outros.

Ao cumprimentar o prefeito Clésio Salvaro, quero desejar-lhe sucesso na sua lide junto ao TSE. Seguramente será bem sucedido, como já o foi nas urnas.

Em segundo lugar, sr. presidente, considero que a questão tributária no Brasil deveria merecer uma reflexão maior por parte de todas as autoridades. Nosso país arrecada muito. O percentual tributário é, sem dúvida nenhuma, um dos altos do mundo. Sabemos cobrar e conseguir cobrar não é uma grande arte, mas não podemos errar depois, na divisão desses tributos. Mas, no meu entendimento, o Brasil é muito injusto na hora de redistribuir aquilo que arrecada. E essa injustiça é maior em relação aos municípios onde as pessoas de nível social maior, aquelas que têm maior proximidade com o poder, acabam utilizando-se dos benefícios, ao passo que a periferia, aqueles que socialmente estão mais distantes do poder, fica muito longe dos benefícios gerados pelos recursos públicos.

A segunda maior injustiça acontece com relação aos estados, notadamente com a redistribuição do ICMS. Esse imposto é pago por aquele que consome. Todos nós somos consumidores e cada um de nós consome conforme ganha. Contudo, o retorno do ICMS acontece conforme o movimento econômico: quanto maior a produção de uma cidade, maior o seu retorno. O que acontece é que acabamos favorecendo as cidades que produzem muito e que por esse fato já têm uma qualidade de vida, uma condição social

melhor. Já as cidades consumidoras, as cidades dormitórios, tipo Camboriú, por exemplo, para não irmos muito longe, que tem mais de 40 mil habitantes, são vítimas de uma grande injustiça, pois justamente pelo fato de ter uma produção pequena, têm um retorno do ICMS pequeno também.

O ministro Guido Mantega busca uma maneira para equalizar o ICMS. Essa seria uma alternativa, mas mais importante do que equalizar o ICMS, seria fazer uma reforma tributária para solucionar de vez o problema. O ministro da Fazenda, que diz que vai chamar os governadores para apresentar uma readequação, um realinhamento do ICMS que é cobrado pelos estados, deveria buscar a verdadeira reforma tributária para dividir o bolo tributário de forma mais justa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, deputado Serafim Venzon.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, quero registrar a presença nesta Casa de 60 alunos da EMEF Machado de Assis, de Jaraguá do Sul, comandados pela professora Romi Elizete Clipzke e por outros professores.

Quero agradecer a presença de todos, de maneira muito especial da nossa querida amiga e dedicada professora Romi, que trouxe os alunos para visitar a nossa Casa. Alguns dos alunos, dois ou três, já disseram que têm vontade de ser políticos. Por isso é importante que eles acompanhem os trabalhos e conheçam de perto as atividades parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a sra. deputada Ana Paula Lima, por até 11 minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, que bom, deputado Nilson Gonçalves, que possamos despertar nas nossas crianças e nos nossos adolescentes o gosto pela boa política, fazer política com seriedade para transformar a vida das pessoas.

E falando em política, srs. parlamentares, não podemos fechar os olhos, nem calar nossa voz diante do que está acontecendo no estado de Santa Catarina, que é a greve na Saúde.

Acabo de receber, além do adesivo que fiz questão de colocar no meu casaco, o holerite de um enfermeiro que trabalha em Florianópolis que pergunta ao secretário de Saúde: "Onde estão os R\$ 5 mil que cada profissional da Saúde recebe?" O holerite mostra que esse enfermeiro recebe um salário de R\$ 1.513,00. Seu adicional de pós-graduação é de R\$ 196,00, mais R\$ 162,00 de adicional de insalubridade, totalizando, após todos os descontos, um salário líquido de R\$ 1.419,00.

O que venho pedir, srs. deputados, e isso já falei ontem, é a interferência do presidente desta Casa no sentido de que seja aberto um canal de negociação com o governador do estado de Santa Catarina. Podemos até divergir de algumas situações, mas o diálogo tem que ser aberto, as negociações têm que ter continuidade, deputado Volnei Morastoni, v.exa. que esteve com esta deputada, ontem, na Presidência.

Mas hoje, falando com o líder do governo, deputado Edison Andrino, disse-lhe que queremos um horário para receber uma comissão do SindSaúde, juntamente com os parlamentares desta Casa e da comissão de Saúde, para que possamos abrir um diálogo sobre as reivindicações da categoria, a fim de que as coisas voltem à normalidade.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Obrigado, minha querida companheira, deputada Ana Paula Lima.

Eu já disse ontem, e manifestei-me também na tribuna, que estamos colocando a nossa comissão à disposição dos servidores da Saúde e do governo do estado. Este é o papel da Assembleia Legislativa, ou seja, fazer essa interlocução, propiciar o diálogo que deve existir entre as duas partes, pois as reivindicações dos funcionários são mais do que justas e legítimas.

Temos acompanhado sempre pela comissão de Saúde toda essa situação da saúde no estado. Sabemos que os trabalhadores da Saúde são um dos pilares fundamentais do SUS para que esse sistema possa atender às necessidades da população e a humanização do atendimento. A humanização somente tem sentido se for uma via de mão dupla. Queremos que os trabalhadores sejam humanos no atendimento, mas o sistema também tem que ser humano com os trabalhadores.

Eu havia entendido, hoje pela manhã, quando conversamos com o deputado Edison Andrino, que os servidores estavam pedindo a incorporação, digamos, da hora/plantão, mas também de uma gratificação. Na verdade, o que os servidores estão pedindo é que se a gratificação for atendida na medida em que for sendo implementada, eles abrirão mão da hora/plantão. Somente ficam a hora/plantão e o sobreaviso para os casos de necessidade do serviço. Então, é mais justa ainda a reivindicação e o governo tem que dar a atenção devida.

Estamos solicitando, de forma oficial, uma audiência com o governo do estado, para que a comissão de Saúde possa também participar de uma audiência sobre as reivindicações.

Ao mesmo tempo, deputada Ana Paula Lima, acabamos também de conversar com os servidores, sendo que a comissão de Saúde está solicitando, para a próxima quarta-feira, daqui a uma semana, portanto, a realização de uma reunião, como se fosse uma audiência pública, no âmbito da comissão, convidando para tal os representantes do

governo do estado e dos servidores, a fim de que se possa debater essa situação nesta Casa.

Esperávamos que o governo recebesse e atendesse a comissão e que não fosse necessária essa audiência, mas vamos oficializá-la a partir deste momento.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Parabéns, deputado Volnei Morastoni, por essa iniciativa. Realmente v.exa. é um deputado muito atuante como presidente da comissão de Saúde. Acho que os profissionais da Saúde merecem o nosso respeito, merecem a nossa interferência junto ao governo do estado.

Estamos numa luta nacional - e eu, que sou enfermeira, sei disso - pelas 30 horas para a Enfermagem. Nós também não podemos retroceder numa luta justa e aprovada nesta Casa em favor das 30 horas para a Enfermagem. Não é justo também colocar em pauta o aumento da carga horária. Como bem falou, na semana passada, o presidente do sindicato, não podemos retroceder no que já avançamos em termos de direitos. Temos que avançar nas reivindicações abrindo, primeiramente, um canal de negociação.

Esperamos a sensibilidade do governador em exercício, Eduardo Pinho Moreira, mas se isso não acontecer que, então, na próxima quarta-feira, dia 7, na comissão de Saúde, possamos fazer uma audiência pública para ouvir os servidores da Saúde para podermos voltar à normalidade. O que estão pedindo é muito pouco diante da atividade que exercem, da responsabilidade que têm na questão da saúde da população.

O profissional da Saúde, principalmente a equipe de enfermagem, é peça fundamental no Sistema Único de Saúde, mas ganha muito pouco pelo trabalho exercido. O salário não é aquela fortuna toda que anunciam os secretários do governo, quando dizem que um enfermeiro ganha R\$ 5 mil. Está longe desse valor, gostaria que fosse verdade e trabalho para que seja, mas recebem R\$ 1,4 mil no seu holerite!

Quem já esteve em um hospital sabe da dedicação dos profissionais da área da saúde, da

enfermagem, e o trabalho que fazem. Eles merecem, sim, o nosso reconhecimento como parlamentar. Espero que os demais deputados desta Casa estejam conosco nessa luta, como já estão os colegas Sargento Amauri Soares, Angela Albino, Jailson Lima, Padre Pedro Baldissera, Neodi Saretta, Luciane Carminatti, Dirceu Dresch e Volnei Morastoni, e que participem, no próximo dia 7, caso o governador não atenda às reivindicações hoje ou amanhã.

Srs. deputados, enquanto isso não acontecer não vamos calar a nossa voz e nem fechar os nossos olhos diante do que está acontecendo no estado, até porque foi uma promessa de campanha do governador do estado, que disse que as suas três prioridades seriam saúde, saúde e saúde! Então, que cumpra a promessa e humanize os serviços de saúde, iniciando pelos profissionais que fazem o atendimento a nossa população.

Venho a esta tribuna também, srs. deputados e sra. deputada, para relatar o que a bancada feminina, deputada Angela Albino, fez através dos sete encontros regionais ocorridos em todo o estado de Santa Catarina, que trataram da violência doméstica contra a mulher.

O relatório foi elaborado pelas deputadas Dirce Heiderscheidt, Angela Albino, Luciane Carminatti e por esta deputada, juntamente com a assessoria dos nossos mandatos, o qual será encaminhado às autoridades locais, do estado e do país. O relatório descreve como anda o atendimento às mulheres vítimas de violência em Santa Catarina, de acordo com os depoimentos colhidos nos sete encontros regionais que fizemos ao longo deste ano, com o objetivo de levantar o diagnóstico sobre a violência sofrida pelas mulheres catarinenses. Os encontros foram realizados em Criciúma, Joaçaba, Blumenau, Chapecó, Lages, Joinville e Florianópolis, quando ouvimos autoridades locais, movimentos sociais, movimentos de mulheres, pesquisadores e vítimas.

Srs. deputados, no nosso mandato temos priorizado as questões de gênero, dentre as quais o combate à violência contra a mulher, que

perpassa por todas as classes sociais, pela questão da raça, etnia, credo, religião, grau de escolaridade e profissão.

A Sra. Deputada Angela Albino - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não!

A Sra. Deputada Angela Albino - Sra. deputada, concedo a v.exa. os cinco minutos destinados ao PCdoB, para que v.exa. possa fazer uso da palavra por mais tempo em nome da bancada feminina.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, deputada Angela Albino, v.exa. que faz parte da bancada feminina e fez um excelente trabalho no ano passado.

Então, como eu estava falando, esses sete encontros regionais foram uma oportunidade para ouvirmos as autoridades, os movimentos sociais, o movimento de mulheres e as vítimas, e o que ouvimos não nos causou estranheza porque sabíamos da realidade de Santa Catarina. Entretanto, o que me provocou uma imensa indignação foi o fato de o estado de Santa Catarina não implantar medidas rigorosas para combater a violência doméstica, que passou a ter um maior grau de visibilidade com a criação da secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, que trouxe para a nossa sociedade a necessidade da implementação de novas medidas.

A sanção da Lei Maria da Penha em 2006 rompeu com o conceito de violência doméstica como um crime de menor potencial ofensivo, sendo um crime que deve ser punido de acordo com o tipo de violência sofrida pela mulher.

Sabemos que no Brasil a cada cinco minutos uma mulher é espancada e que em 60% dos casos essa ação é praticada por alguém que fez juras de amor, como seu marido, seu companheiro, seu namorado, seu ex-marido.

Essa é uma realidade que não é enfrentada pelo governo do estado, conforme foi possível observar no diálogo da comissão com as representantes dos movimentos sociais, que afirmaram que a Lei Maria da Penha não conseguiu servir de pilar para a criação e implementação de políticas públicas para as mulheres.

O nosso relatório aponta que há uma grave omissão do governo do estado em relação a políticas públicas para as mulheres, pois não foram construídos equipamentos sociais previstos pela lei sancionada em 2006 pelo então presidente Lula. Também foi ratificado o que nós, da bancada feminina, temos explicitado nos últimos anos:

- As delegacias não são especializadas, são de natureza híbrida e atendem também a denúncias de violência contra crianças, adolescentes em conflito com a lei e mulheres, isso quando não são delegacias que atendem a todo tipo de ocorrência;

- Não há dados precisos sobre o número de delegacias, casas-abrigo e centros de referência de atendimento à mulher em situação de violência;

- Não existe um órgão que centralize as informações e os boletins de ocorrência não são padronizados. Além do mais, as equipes não possuem educação permanente e nem são multiprofissionais;

- Esta Casa criou a Coordenadoria Estadual da Mulher, que não possui orçamento próprio e não desenvolve as atividades de monitoramento dos equipamentos sociais, bem como a articulação com os movimentos sociais e proposição de políticas públicas;

- Há total descaso com as deliberações das três conferências de políticas públicas para as mulheres.

Portanto, sras. deputadas, vamos trabalhar para que esse relatório que estamos encaminhando às autoridades que têm como atribuição a implantação e implementação de políticas para as mulheres não seja apenas mais um documento elaborado pela bancada feminina e suas assessorias.

Eu gostaria que ele fosse colocado em prática e que a Lei Maria da Penha fosse cumprida, porque dando atendimento e segurança à mulher vamos ter uma sociedade mais justa, mais igualitária e menos sofrida no nosso estado.

Eu agradeço a todos e a todas que contribuíram para a formatação desse documento e que se envolveram e participaram dessas audiências públicas. Espero que as autoridades competentes

possam cobrar, juntamente com este Parlamento, ações do governo do estado.

Muito obrigada, sr. presidente e sra. deputada Angela Albino!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, deputada!

Queremos fazer o registro de que permutamos o horário do PP com o do PSDB e que pela benevolência do deputado Nilson Gonçalves cedemos os cinco minutos que seriam do PCdoB para que a deputada Ana Paula Lima concluísse o seu discurso.

Portanto, v.exa., deputado Nilson Gonçalves, dispõe de sete minutos na tribuna, usando o horário do PP, que fez uma permuta com o seu partido.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, vou tentar falar o mais rapidamente possível para ver se consigo abordar dois assuntos de bastante importância, principalmente para a região de Joinville.

O primeiro deles, é claro, refere-se ao anúncio da instalação da BMW no município de Araquari. Evidentemente que uma das melhores notícias que temos no segmento de economia deste estado é a vinda da BMW para Araquari, que faz parte da Grande Joinville.

A vinda já foi oficializada e o investimento na fábrica da BMW poderá chegar a R\$ 1 bilhão. A projeção inicial da fábrica é alcançar a produção de 30 mil carros/ano. O primeiro modelo produzido deverá ser o X1, porém o *sedan* Série 3 e o *hatch* Série 1 estão no horizonte de fabricação dessa grande indústria automobilística.

Há a previsão da geração direta de cerca de pelo menos mil empregos. Isso significa muito para a nossa região e para Santa Catarina e estamos-nos congratulando com o governo do estado, com o governo do município e as forças políticas especialmente do norte, que se esforçaram para ver alcançado esse objetivo.

Também quero parabenizar a Whirlpool, que anteontem esteve em Florianópolis com o prefeito

eleito e anunciou a criação de mais 250 novos empregos no município de Joinville.

Finalmente, quero utilizar esses quatro minutos que me restam, sr. presidente, para tecer alguns comentários sobre a eleição deste último final de semana em Joinville.

Todos, literalmente todos, imprensa, institutos de pesquisa, entendiam que ocorreria a vitória do nosso colega de Assembleia, deputado Kennedy Nunes. Mas para surpresa de todos logrou êxito o sr. Udo Döhler, empresário de Joinville, que acabou sendo o grande vitorioso após a abertura das urnas.

Alguns dizem que se o deputado Kennedy Nunes tivesse continuado sozinho como no primeiro turno, teria tido uma grande vitória no município de Joinville. Outros dizem que a sua derrota se deveu justamente em função dos dois perdedores do primeiro turno, que o povo rejeitou, e que se juntaram a ele no segundo turno afundando sua candidatura. Há uma corrente que diz ainda que o deputado Kennedy Nunes perdeu porque não revidou, nos debates, os ataques de que foi alvo; teria sido muito bonzinho e perdido ponto pontos diante dos eleitores. Outros dizem que o que levou à derrota o nosso colega Kennedy Nunes foram os debates na televisão, que acabaram sendo o divisor de águas da campanha. Há também aqueles que atribuem a vitória de Udo Döhler à força do senador Luiz Henrique, que mais uma vez se fez presente na campanha e apostou todas as suas fichas num empresário vitorioso e grande gestor. A verdade é que apesar de ninguém acreditar que ele seria capaz de vencer a eleição, uma grande militância foi mobilizada nos últimos dias, causando uma reviravolta que parecia impossível.

Quero, primeiramente, parabenizar o sr. Udo Döhler, uma pessoa por quem tenho o mais profundo respeito e acredito que deverá ser um grande prefeito. Ao mesmo tempo, quero parabenizar o deputado Kennedy Nunes, que se houve de maneira muito digna, mas a verdade é temos que respeitar a sabedoria do povo, o discernimento popular e olhar pra frente.

Na verdade, tivemos em Joinville uma eleição muito tranquila, uma eleição onde pudemos exercer a nossa cidadania, ver a democracia florescer de uma maneira clara e cristalina. Vamos agora aguardar os acontecimento e torcer para que o novo prefeito cumpra suas promessas, seus propósitos, a fim de que possamos ter uma Joinville ainda melhor.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Obrigado, sr. deputado.

O próximo horário, de acordo com a permuta entre o PP e o PSDB, pertence ao Partido Progressista.

Com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, hoje pela manhã tive a oportunidade de participar parcialmente da reunião da comissão de Tributação e Finanças, ocasião em que o secretário Nelson Serpa, acompanhado do secretário adjunto Almir Gorges, fez a apresentação da situação financeira do estado.

Entre muitas considerações, o que me chamou a atenção foi a manifestação do secretário no que diz respeito, deputado Reno Caramori, a um assunto que por várias oportunidades muitos colegas parlamentares já se manifestaram, em especial o presidente da Unale, deputado Joares Ponticelli, ou seja, a dívida dos estados.

Chamou-me a atenção o fato de que a cada R\$ 3,00 que estado paga da dívida, R\$ 2,00 se referem aos encargos da dívida e R\$ 1,00 apenas ao principal. O que quer dizer isso? Que não vamos ver o fim dessa dívida, porque não há como pagar duas vezes mais os encargos e apenas uma vez o principal.

Mas pior é que não há celeridade na renegociação dos contratos das dívidas dos estados. Lembro que quando fui prefeito da cidade de São Bento do Sul, no primeiro ano tive que resolver o caso de um empréstimo de um determinado

banco com uma taxa de juros elevadíssima. Nós renegociamos a dívida, conseguimos baixar os juros de 6,25% para 2,75%. Era um banco privado, mas houve essa renegociação.

Na época em que a dívida do estado de Santa Catarina foi renegociada a realidade econômica do país era outra, com uma inflação bem mais elevada do que agora. Portanto, os percentuais, tanto da Selic, quanto da TJLP mais juros, eram elevados. Daí a necessidade de uma readequação, mas não está havendo a devida celeridade no Congresso Nacional, o que está penalizando nosso estado.

Por outro lado, li rapidamente a entrevista do ministro da Fazenda, Guido Mantega, manifestando-se sobre este assunto, ou seja, a alteração do percentual do ICMS dos estados federados.

A proposta inicial é de 4% na origem e não na transação, o que me parece, sem estudos mais profundos, que talvez seja uma solução parcial para os 27 estados que têm legislações diferentes no que diz respeito ao ICMS, até por conta de uma autodefesa. Também nos chamou a atenção a concordância dos governadores de entrarem nesse acordo proposto pela união para a redução do ICMS na origem.

Acredito que uma coisa é renegociar as dívidas com celeridade, até para fazer justiça com os estados, a outra é uma reforma tributária que não anda no Brasil. Contudo, pela primeira vez estamos vendo partir do governo federal uma iniciativa. Repito, tomara que não seja uma condicionante para a renegociação da dívida dos estados, fazendo com que os governos tenham que se submeter a um regime tributário de ICMS que necessita de mais estudos.

O fato é que é louvável a iniciativa de fazer uma proposta de reforma tributária, mesmo que parcial, começando pelo ICMS, pois na verdade teria que iniciar pelos impostos federais.

Então, vamos torcer para que, em primeiro lugar, renegocie-se a dívida dos estados, reduzindo a elevadíssima taxa de juros e os encargos e, ao mesmo tempo, diminuindo o principal.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PMDB.

(A bancada desiste.)

Com a desistência da bancada do PMDB, passaremos ao tempo destinado ao PSD.

(O partido declina.)

Com a desistência dos dois partidos e tendo em vista que está havendo uma reunião da comissão de Constituição e Justiça sobre dois projetos que estão em regime de urgência urgentíssima, esta Presidência suspende a presente sessão até as 16h.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Está reaberta a sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0129/2012, de autoria de entidade social encaminhando relatório de atividades.

Comunica também que a comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0288/2012, 0300/2012, 0353/2012, 0402/2012, 0437/2012 e 0471/2012, todos de entidades sociais encaminhando documentação para manutenção do título.

A Presidência ainda comunica que a comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0421/2012, 0423/2012, 0439/2012, 0443/2012, 0451/2012, 0454/2012, 0457/2012, 0458/2012, 0460/2012, 0462/2012, 0469/2012, 0474/2012, 0475/2012, 0478/2012 e 0480/2012, de entidades sociais encaminhando documentação para a manutenção do título.

Votação da redação final do Projeto de Lei Complementar n. 0020/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Não temos quórum qualificado para deliberar hoje sobre as mensagens de veto. Assim, sua votação fica postergada para a próxima sessão.

Faço um apelo aos srs. deputados para que na próxima terça-feira possamos deliberar sobre os vetos, pois temos 25 represados até em função das eleições, mas que precisam ser votados até o final do ano. Para que não tenhamos acúmulo de matéria no mês de dezembro, é oportuno que, durante o mês de novembro, deliberemos sobre todos os vetos que estão pendentes.

Por isso, com a concordância dos srs. líderes, retiramos de pauta todos os vetos constantes da pauta da Ordem do Dia.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0184/2012, de autoria do deputado Jailson Lima, que dispõe sobre o fornecimento de senha de segurança de emergência aos clientes das instituições financeiras no estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Segurança Pública, e de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0230/2012, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt, que institui o dia 15 de setembro como o Dia Estadual em Defesa da Pessoa Idosa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação do Projeto de Lei n. 0334/2012, de origem governamental, que altera a Lei n. 15.855, de 2012, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no montante de até R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais), para atender ao Programa Acelera Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada emenda supressiva, de autoria do deputado Marcos Vieira, a fls. 13, que suprime o inciso XI ao § 1º do art. 1º: "desenvolvimento econômico".

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - V.Exa. é contra a inclusão do BRDE, deputado Sargento Amauri Soares?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sim, sr. presidente, sou contra a inclusão do BRDE, inclusive porque esses recursos serão destinados à BMW. No mês passado já votamos contra aquele projeto que deu amplas vantagens à BMW para que se instalasse em Santa Catarina e mantemos essa posição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - V.Exa. não é contra o BRDE, mas é contra o repasse de recurso à BMW?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sou contra que recurso público do BNDES seja destinado à BMW para que essa empresa se instale no estado de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) -
Continua em votação.

(Pausa)

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam
como se encontram.

Aprovado por maioria, com o voto contrário do
deputado Sargento Amauri Soares.

Discussão e votação do Projeto de Lei
Complementar n. 0028/2012, de origem
governamental, que fixa o efetivo máximo do Corpo
de Bombeiros Militar do estado de Santa Catarina e
estabelece outras providências.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queria discutir, encerramos
sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a
matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a
palavra, pela ordem, para encaminhamento de
votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) -
Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de
votação, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr.
presidente, com relação a esse PLC, tentamos
aprovar emendas nas comissões de Constituição e
Justiça e de Finanças, mas não obtivemos êxito,
apesar de não provocarem nenhum aumento de gasto
público.

O projeto prevê um novo efetivo para o Corpo
de Bombeiros Militar de Santa Catarina e tem a sua
importância. Mas na versão dos cabos e soldados,
eles precisarão de outra iniciativa do chefe do
Poder Executivo, do secretário de Segurança, do
comando das instituições. Por parte do comando das
instituições existe essa intenção e já houve a
iniciativa no sentido de pedir a realização de
cursos de formação de cabos e sargentos, porque o
projeto é bom para a cúpula, para os oficiais e
para os sargentos, mas em nada ajuda os cabos e
soldados, que precisarão que o comitê gestor do

governo do estado autorize a realização dos referidos cursos.

Então, vimos pedir aos deputados desta Casa que nos ajudem a requerer isso. Se o estado está em contenção de despesas, é óbvio que todo servidor entende que há uma contenção de recursos mais ou menos parelha. Mas se é possível fazer algumas coisas com impacto financeiro já a partir de janeiro do ano que vem, não é possível que não nos mobilizemos no sentido de buscar que seja autorizada a realização do curso de cabos e sargentos, porque senão continuaremos tendo distorções dentro da mobilidade funcional da Segurança Pública.

O nosso voto, por óbvio, é favorável e queremos fazer um apelo ao líder do governo, aos líderes de bancada, aos demais deputados, ao presidente da Assembleia Legislativa, aos secretários de estado, ao vice-governador e ao governador, para que avaliem a liberação dos cursos de cabo e sargento, que são do interesse da maioria do efetivo, a fim de que não haja sempre o contingenciamento. Porque neste caso e em outros casos anteriores, os cabos e soldados ficaram na fila esperando a sua vez.

Então, precisamos, sim, aprovar este projeto de lei complementar, mas também ajudar a convencer o Poder Executivo e o grupo de gestor que liberaram isso, mas seguraram os encaminhamentos em favor dos cursos de cabo e de sargento, deixando a maioria do efetivo descontente.

Da parte do Corpo de Bombeiros existem projetos no comitê gestor com relação aos cursos para o ano que vem. Então, é possível que tenhamos a aprovação desses encaminhamentos e que possamos ter, efetivamente, um andamento mais ou menos harmônico, isonômico, entre as carreiras na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros Militar.

Vou votar a favor, evidentemente, mas, repito, os cabos e os soldados estão-se sentindo descontentes, pois para eles esse projeto não traz nada de novo.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Peço a palavra, pela ordem, para declaração de voto, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, temos que reconhecer o relevante trabalho prestado pelo Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina. Sabemos que todos os seus componentes merecem ser contemplados pelo projeto, mas estamos beneficiando uma parcela porque é promoção por merecimento e merecimento tem que ser reconhecido. No ano que vem poderemos contemplar os demais, complementando assim o PLC.

Agora, quero fazer uma correção, meu caro presidente. O eminente deputado Sargento Amauri Soares disse que o governo vai doar R\$ 200 milhões à BMW. Não é verdade, o governo está investindo no BRDE para que ele possa fazer o financiamento. Então, essa correção tem que ser feita, para que a sociedade conheça a verdade.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, quero fazer justiça, porque existem muitos deputados que defendem o Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, mas o grande defensor é o eminente deputado Romildo Titon.

Sr. presidente, com a aprovação desse projeto que institui o plano de carreira, que amplia o efetivo e cria a junta médica do Corpo de Bombeiros, o Parlamento catarinense e o Poder Executivo resgatam uma dívida que tinham, deputado Romildo Titon, com os bombeiros militares de Santa Catarina.

Portanto, temos que enaltecer o Parlamento, mas, sobretudo, o governador Raimundo Colombo, que mandou o projeto para a Assembleia Legislativa.

Tive contato com representantes do Corpo de Bombeiros Militar que me relataram que tiveram constantes conversas com o governador.

Com relação aos demais pleitos que o deputado Sargento Amauri Soares colocou da tribuna, certamente serão conquistados ao longo do ano que vem, porque o governador é muito sensível ao excepcional trabalho que os bombeiros militares realizam em todo o estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, por todos os recantos de Santa Catarina aonde andamos recebemos solicitações dos bombeiros para que a Assembleia desse uma tramitação rápida e aprovasse esse projeto. Sabemos que o servidor público sempre busca um espaço a mais, uma conquista a mais, mas a conquista do plano de carreira é muito importante.

Ontem, recebemos o comandante-geral e várias lideranças, a quem rendemos nossa homenagem, pedindo uma tramitação rápida deste PLC. A Assembleia atendeu, o deputado Elizeu Mattos fez esse ato de justiça e, como falou o deputado Darci de Matos, desde a votação da PEC relativa aos bombeiros militares e voluntários, já havia o compromisso do governo e da Assembleia de fazer essa votação.

Então, é mais uma conquista importante e parabenizamos os bombeiros do estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, apenas a título de informação, deputado Manoel Mota, de fato o encaminhamento do empréstimo do BRDE para repassar à BMW ficou muito claro todos nós.

Já o PLC n. 0028/2012, dos bombeiros militares, é de grande importância e fizemos um grande esforço para que o projeto viesse o mais rapidamente possível para votação.

Concordamos com o deputado Sargento Amauri Soares já na comissão de Constituição e Justiça, de que precisamos, sim, de mais profissionais, de mais soldados e de mais cabos para atender à sociedade catarinense. Portanto, estamos resolvendo uma parte do problema, relativa principalmente aos oficiais, mas precisamos resolver a questão da ampliação do serviço prestado à sociedade catarinense e a valorização dos trabalhadores da Segurança Pública de Santa Catarina.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Muito obrigado, deputado Dirceu Dresch.

A votação será nominal.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	
DEPUTADO CESAR SOUZA JUNIOR	
DEPUTADO CIRO ROZA	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	

DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SANDRO SILVA	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Está encerrada a votação.

Votaram 25 srs. deputados.

Temos 25 votos "sim".

Está aprovada a matéria em primeiro turno.

Esta Presidência encerra a presente sessão, convocando outra, extraordinária, para as 16h15, para discussão e votação em segundo turno das matérias aprovadas há pouco.

Está encerrada a sessão.